

O GLOBO Economia e reforma do ensino

NA DÉCADA passada, ninguém no mundo capitalista imaginaria que os Estados Unidos pudessem chegar ao volume e tipo de déficit comercial que hoje apresentam, apontando para US\$ 170 bilhões, em 1987. Ninguém imaginaria, por parecer impossível que qualquer país possa perder, em dez anos, uma liderança que mantivesse, sólida e crescente, por mais de 60: a liderança na expansão da produção e no aprimoramento da qualidade do produzido.

MAS O inimaginável aconteceu, e com conseqüências que vão além da própria realidade: os produtos americanos podem ter recuperado o padrão de qualidade necessário à competição — com os produtos japoneses e alemães, por exemplo —, sem que isso represente uma recuperação imediata do conceito, no mercado internacional.

E DESSA constatação do atual Secretário do Comércio Americano, Clayton K. Yeutter, o antigo Secretário (Governo Carter) Robert S. Strauss parte para as causas: "Nós, certamente, caímos em termos de produtividade, assim como em educação. Quando você cai nestas duas áreas, cai também em pesquisa e desenvolvimento. Atingimos um ponto em que todos os nossos parceiros ficaram mais agressivos, e nós não". O déficit comercial americano não encontrará contrapeso suficiente em ajustes externos, sempre, ademais, produzidos a contragosto, na área do iene ou do marco

alemão ocidental. Porque ele é também um problema intrínseco da economia americana; inclusive de economia da educação.

A ECONOMIA americana foi vítima da doença da abundância, que degrada a produtividade. E se desse mal escaparam até agora o Japão e a Alemanha Ocidental, é por estar ainda muito viva nesses países a memória da escassez, que é um dos mais poderosos incentivos à criatividade e à produtividade: só produz a baixo custo quem tem consciência vigorosa dos custos do que produz.

É O MESMO que dizer que a produtividade se liga com a educação, como técnica de criação de hábitos e de aferição da difusão do progresso. Tal como se deu, faz 30 anos, no início da competição espacial, o público americano se defronta agora com a realidade penosa de seu sistema público de ensino — "Uma Nação em risco", como é o título do relatório, de 1983, da Comissão Federal sobre Aprimoramento em Educação. Como reação, notou-se, no sistema descentralizado americano, um notável crescimento (70%) dos investimentos dos vários Estados no ensino público, com montante hoje equivalente à soma das despesas com assistência e bem-estar social: US\$ 160 bilhões por ano. Curiosamente, uma cifra que quase alcança a do déficit comercial previsto.

HÁ UMA certa relatividade no progresso econômico, já que

qualquer plano de desenvolvimento econômico envolve uma opção de civilização. O que há de absoluto é a ligação íntima entre tal progresso e a capacidade coletiva de realizá-lo, ou seja o nível geral da educação, que comanda a intensidade da comunicação numa sociedade.

ENFRENTANDO o núcleo de resistência articulado pelo poderoso grupo de interesses que é a National Education Association (reunindo 1,8 milhão de docentes), a surpreendente crise da economia americana está a postular uma reforma educacional, com ênfase em comprovado rendimento dos professores e progresso no aprendizado. Porque os responsáveis pela economia não vêem perspectivas de superação da crise, se se constata que há estudantes de 2º Grau incapazes de ler, com diplomados no mesmo nível quase inabilitados para qualquer treinamento nas empresas; se tais estudantes não se situam na própria História Pátria (sem saber, por exemplo, em que metade de século se deu a Guerra Civil), nem dominam um universo mínimo de conceitos (conceitos, não palavras...) indispensável a qualquer comunicação efetiva.

SERÁ, entretanto, essa crise da educação de efeitos fatais sobre a economia fenômeno peculiar aos Estados Unidos? Não nos proporciona algum elemento de análise da presente crise brasileira, sobrevida aos "anos dourados" de nossa expansão?